

USO DE TERRAS PÚBLICAS OCIOSAS PARA IMPLANTAÇÃO DE AGROFLORESTAS POR ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR EM RIBEIRÃO DAS NEVES – UMA ESTRATÉGIA DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Autor(res)

Stace Liz Carneiro

Breno Souza Fonseca Miranda

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

UNIDERP | PPGSS MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Introdução

Ribeirão das Neves, localizada sobre a bacia do Médio Rio das Velhas, possui ricabiodiversidade e abundância hídrica, mas sofre com ocupações irregulares, desmatamento e vulnerabilidade socioambiental. Com 60% da população em áreas de risco (IBGE, 2018), o modelo atual de urbanização agrava enchentes, erosões e insegurança alimentar. Este trabalho propõe uma transformação no uso da terra e no modelo de gestão urbana, por meio da implantação de agroflorestas em terrenos públicos ociosos via concessão a entidades do terceiro setor, visando restaurar o ecossistema, gerar renda e fortalecer a autonomia comunitária.

Objetivo

Implantar agroflorestas em terras públicas ociosas por meio de concessões a organizações do terceiro setor, visando promover segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e economia solidária.

Material e Métodos

A metodologia baseia-se na mobilização da sociedade civil por meio de Associações de Bairro legalmente constituídas, que atuarão como concessionárias de uso de terrenos públicos inativos. A base legal adotada é o Decreto-lei 271/1967, art. 7º, que permite a concessão de uso de terrenos para fins sociais e ambientais. A implantação será feita por meio de um mandato participativo, que articulará os processos legais e comunitários, organizando a produção agroflorestal conforme princípios da agroecologia e sistemas regenerativos. Serão utilizadas técnicas de agricultura sintrópica (GÖTSCH, 1999), compostagem comunitária e gestão coletiva. O projeto visa também estabelecer fábricas de adubo, hortas, viveiros e usinas de reciclagem como fontes de renda. Os dados foram cruzados com relatórios do IBGE, mapas ambientais da CPRM e estudos da EMBRAPA sobre sistemas agroflorestais.

Resultados e Discussão

A proposta visa transformar áreas urbanas degradadas em espaços produtivos e ecologicamente sustentáveis,

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



gerando trabalho e renda para comunidades marginalizadas. Experiências similares em municípios como Nova Iguaçu (RJ) e Altamira (PA) demonstraram que a agrofloresta é eficiente na recuperação de áreas degradadas, na promoção da segurança alimentar e no fortalecimento do tecido social (ALTIERI, 2004). A implementação em Ribeirão das Neves será estratégica diante da abundância de terras ociosas e da vocação agrícola da região. A autogestão comunitária das áreas trará benefícios ambientais – como a melhoria da infiltração da água, aumento da biodiversidade e mitigação de desastres naturais – e sociais, por reduzir desigualdades no acesso à terra. A revalorização do solo urbano e rural por meio da agrofloresta representa também um enfrentamento ao modelo excludente e capitalizado da ocupação do território.

Conclusão

O projeto visa transformar a realidade socioambiental de Ribeirão das Neves, integrando justiça social, sustentabilidade e autonomia popular. A concessão de uso de terras públicas para agroflorestas comunitárias representa uma alternativa concreta à concentração fundiária e à negligência estatal, permitindo que a abundância hídrica e territorial se torne motor de desenvolvimento sustentável e coletivo.

Referências

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004. GÖTSCH, E. Agricultura Sintrópica: princípios e práticas. Revista Agroecologia Hoje, 1999. IBGE. Cidades e Territórios: indicadores de vulnerabilidade urbana. 2018. BRASIL. Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre concessões de uso de terrenos públicos. EMBRAPA. Sistemas Agroflorestais: princípios e aplicações. Brasília: EMBRAPA Florestas, 2012. CPRM. Mapa hidrogeológico do Estado de Minas Gerais. Serviço Geológico do Brasil, 2021.